O Raciocínio de Relação

A silogística aristotélica (1) propôs-se resolver o problema de determinar a relação desconhecida entre dois termos dados A e C por intermédio de um terceiro termo B a encontrar, o qual está separadamente relacionado com os termos conhecidos. Durante muitos e muitos séculos se considerou a solução tradicional perfeitamente válida, e os seus contraditores discutiam só a utilidade e de nenhum modo a consistência interna. Ainda não há muitos anos; entre nós, se defendeu a legitimidade da teoria de Aristóteles, que seria a analítica da predicabilidade entre três termos, para os casos de predicabilidade positiva, negativa e particular.

Poderíamos supôr, por conseguinte, que a profunda renovação da lógica, do século XIX aos nossos dias, em nada affectou a solidez do edificio clássico, embora o integre como pequena parte de um todo mais vasto. Talvez não seja inteiramente assim. Em primeiro lugar Aristóteles, na sua analítica, considerou exclusivamente as relações de predicação, e os termos só podiam ser interpretados como indivíduos (ex. Pedro, Paulo) ou conceitos (espécies e géneros, ex. homem, animal); de modo que o problema da silogística não reveste o carácter geral que lhe conferimos ao enunciá-lo de início. Em segundo lugar Aristóteles não distinguia a relação entre um indivíduo e a classe a que pertence (ex. Pedro é homem) da relação entre duas classes (ex. homem é mamífero) como também não notou o alcance existencial da proposição particular. Em terceiro lugar Aristóteles manejou como categóricos muitos juízos que da realidade são hipotéticos (2), o que justifica a acusação de que no silogismo a conclusão é necessária para fundamentar a premissa maior.

A lógica aristotélica está portanto longe de ser inteiramente válida. Muito, é certo,

(1) A teoria do silogismo que ainda hoje se ensina nos liceus.

(2) O juízo categórico é da forma S é P (Pedro é homem), o juízo hipotético é da forma p implica q (Pedro é homem implica que Pedro é mamífero).

há a conservar do que nos legou. Mas não imaginemos que há conquistas absolutamente definitivas do pensamento humano; cada idéa, cada teoria, cada instrumentação pertence a um nível determinado e necessita de ser refundida para a podermos englobar num nível superior. Cada plano, por assim dizer, serve de suporte a novos planos e cai por inútil ou é aproveitado depois de reconstruído em novos moldes. A teoria da relatividade não se limita a abranger a lei newtoniana da gravitação como caso especial; corrige-a, dá-lhe novo significado. O sistema heliocêntrico conservou imenso do sistema ptolomaico mas conferiu-lhe interpretação diferente. Do mesmo modo a lógica aristotélica se mantém em grande parte, mas como teoria das classes e não já dos conceitos (empregamos esta palavra em sentido restrito).

Dois lógicos ingleses do século XIX realizaram a generalização e a remodelação da analítica tradicional.

Do próprio enunciado do problema que o silogismo procura resolver resulta que o termo de comparação é eliminado para atingirmos a conclusão. Se considerarmos relações entre um número qualquer de termos, a dedução consistirá portanto em eliminar tantos termos médios quantos quizermos; o problema geral da lógica resumir-se-á assim: dada uma equação lógica ou um sistema de equações lógicas entre certo número de termos (dois, três ou mais), determinar a expressão de um termo qualquer dentre os termos dados em função dos termos que desejarmos reter. Boole e os que continuaram a sua orientação construíram nesta base a teoria geral das classes. É preciso notar contudo que nela se utilizou apenas a relação da inclusão, até aos trabalhos de Peano.

A de Morgan devemos o desvendar de generalizações noutra sentida, com a sua teoria do silogismo de relação, assente na idéa da pluralidade das cópulas. Alguma cousa mais há a realizar ainda neste campo.

Diz-se freqüentes vezes que em todo o juízo existe uma relação, e que porisso é absurdo falar em juízo de relação. Não